



# DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO TOCANTINS

Cargo:

## Oficial de Diligências da Defensoria Pública

Provas de Conhecimento

	Questões		Questões
Língua Portuguesa	01 a 10	Legislação que dispõe sobre e organiza a Defensoria Pública	21 a 30
Noções de Informática	11 a 15	Conhecimentos Específicos	31 a 80
História e Geografia do Estado do Tocantins	16 a 20		

### SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

**ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:**

- Verifique se este caderno contém cinco provas, com um total de 80 (oitenta) questões - sequencialmente enumeradas de 01 a 80.
- Caso haja algum problema solicite ao aplicador a substituição deste caderno.

**AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS:**

- Confira seu nome e número de inscrição.
- Assine à CANETA no espaço indicado.

**AO TRANSFERIR AS RESPOSTAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS DEFINITIVA:**

- Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

### ATENÇÃO:

Após a prova você só pode levar consigo o Gabarito Rascunho.

**AO TERMINAR AS PROVAS** você deve chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS e este CADERNO DE PROVAS.

Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que, durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, pen drive, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves e controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico, etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), carteira de dinheiro e armas.

Duração total destas provas, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS:

**QUATRO HORAS E TRINTA MINUTOS**

Nome:

RG:

**COPESE**  
Comissão Permanente de Seleção

**UFT**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**LÍNGUA PORTUGUESA****Direito Penal deve dar alternativas em vez de respostas**

1 O célebre escritor francês Victor Hugo, em sua obra "Os Miseráveis", conta-nos inesquecível e emocionante passagem:

5 "*Jean Valjean, tendo servido durante 19 anos nas galés (cinco por roubar um pão para sua irmã e seus sete sobrinhos passando fome, e mais 14 por inúmeras tentativas de fuga) acaba de ser libertado. Valjean é marginalizado por todos que encontra por ser um ex-presidiário, sendo expulso de todas as estalagens. Ele iria dormir na rua, mas é recebido na casa do benevolente Bispo Myriel (conhecido como senhor Benvindo), o Bispo de Digne. Mas em vez de se mostrar grato, rouba-lhe os talheres de prata durante a noite e foge. Logo é preso e levado pelos policiais à presença de Benvindo. O Bispo salva-o alegando que a prata foi um presente e nessa altura dá-lhe dois castiçais de prata também, repreendendo-o por ter saído com tanta pressa que esqueceu essas peças mais valiosas. Após esta demonstração de bondade, o bispo o 'lembra' da promessa (que Valjean não tem nenhuma lembrança de ter feito) de usar a prata para tornar-se um homem honesto*".

25 Sendo Jean Valjean rejeitado pela sociedade por ser um ex-presidiário, o Bispo Myriel muda-lhe a vida. O personagem assume uma nova identidade para seguir uma vida honesta, tornando-se proprietário de uma fábrica e prefeito. Ele adota e cria uma filha, salva uma pessoa da morte e morre imaculado com uma idade avançada.

30 As tormentosas aflições da vida, a desordem e o embate entre indivíduos na sociedade devem receber solução mais refletida e profilática do que o encarceramento do ser humano nos porões de suas sombrias masmorras.

35 Nosso ainda vigente Código de Processo Penal de 1941, em seus artigos 386 e 387, bem resume a que se presta a intervenção judiciária na discussão da infração penal: ou o juiz condena ou absolve o agente. Noutras palavras, a lei penal brasileira veda terminantemente outra solução para um processo penal. É vedado ao juiz promover a concórdia, resgatar a dignidade, afagar traumas ou acalantar o marginalizado. O juiz do processo penal anda em trilhos que o escravizam, que o levam a lugar nenhum. Não deve, pela nossa lei penal, ousar o magistrado a pacificar o conflito com o óbvio e o evidente. A evolução do sistema punitivo estatal deve evoluir, para todos, sem distinção, para contemplar meios e recursos que eficazmente ponham fim às causas e consequências da infração penal. A punição exemplar depois de solucionada a falta cometida talvez seja *plus* descartável.

45 O avanço destruidor do "crack" na sociedade e, principalmente, na célula familiar, pode ser citado, talvez, como o maior exemplo de quanto o juiz brasileiro é refém de um sistema processual penal que, definitivamente, não funciona bem. A sentença final, inflexível e indiferente ao sentimento das partes espera do juiz outra coisa, mais simples, menos heroica.

60 Não se quer, aqui, abolir a pena privativa de liberdade. Mas não se pode ter em mente a prisão como primeira e imediata resolução para o crime. Não se pode inocular o mesmo antídoto para doenças diversas. Assim como a aspirina não cura o canceroso, a quimioterapia não é indicada para a dor de dente. O Direito Penal não pode, em cruel rol taxativo, estabelecer qual a melhor resposta para o crime praticado. Pode e deve, sim, estabelecer várias alternativas, rotas de auxílio, atalhos

70 para aplacar as consequências da infração e metas a serem alcançadas. Jamais ousar impor ao magistrado que a primeira e a única opção, a mais reluzente aos seus olhos, deva ser o encarceramento do ser humano.

75 O Ministério Público e a Defensoria Pública seriam os fiscais do acerto da profilaxia judicial eleita no processo penal. O irrequieto poderia se insurgir quanto à solução adotada pelo juiz em cada caso concreto. A opção pela prisão do agente deverá ser a *ultima ratio*. A prova dos nove do que diz aqui é muito simples. O que são as prisões hoje no Brasil? Escolas do crime, às vezes com mestrado e doutorado.

80 A medicina psiquiátrica, a psicologia, a assistência social, a pedagogia, entre outras tantas ciências complexas e salvíficas, despontam em nosso país, com excelentes e renomados profissionais. Temos que abrir as portas dos fóruns a essa gente dedicada e qualificada, que muitas coisas nos têm a dizer e ensinar. Assim como o inadequado uso de um antibiótico pode aniquilar seus efeitos para sempre, a prisão, como resposta estatal para o crime, também pode, para sempre, destruir um ser humano, por algo que muito bem poderia ser tratado e curado de outra forma mais simples e eficaz.

90 O legislador deve confiar no Poder Judiciário, confiar na criatividade e experiência dos juizes e tribunais. Autorizar que esses agentes promovam a paz social por todas as formas possíveis, abrindo um leque infinito de opções para tanto. O rol de penas restritivas de direitos inibe a criatividade dos juizes, não se presta para a infinidade de casos que se apresentam no dia a dia, sem falar que são meramente substitutivas.

95 Enfim, esse é hoje o maior desafio que o Direito Penal deve enfrentar se quiser estar afinado com a questão da dignidade da pessoa humana. Transformar a sentença penal em instrumento efetivo e concreto de pacificação social, longe de paredões e cadafalsos.

AMARAL, Carlos Eduardo Rios do. **Direito Penal deve dar alternativas em vez de respostas**. Disponível em: <<http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=14910>>. Acesso em: 05 ago. 2012. (Adaptado.)

\*O autor é defensor público no estado do Espírito Santo.

**QUESTÃO 01**

Diferentes vozes ecoam no texto: a voz de Victor Hugo, escritor francês do século XIX, e a de Carlos Eduardo Rios do Amaral, Defensor Público do Estado do Espírito Santo. Temporalidades e temáticas aproximam-se para defender o posicionamento de que:

- (A) Privação da liberdade deve ser adotada em amplo espectro como medida profilática e penal.
- (B) As soluções refletidas devem ser adotadas para pacificar os conflitos e resgatar a dignidade humana.
- (C) As penas degradantes e os encarceramentos são medidas incontestáveis nas infrações penais, a *ultima ratio*.
- (D) O ser humano deve receber uma punição exemplar para pôr fim às causas e consequências da infração penal.

**QUESTÃO 02**

Ao refletir sobre o Direito Penal, o autor do texto assume que a legislação brasileira deveria:

- I – Transformar a sentença penal em instrumento de pacificação social;
- II – Assumir a prisão como instrumento exclusivo na resolução de todas as formas de crimes;
- III – Estabelecer alternativas consonantes com a dignidade da pessoa humana;

IV – Abolir a pena privativa de liberdade do rol das penas de profilaxia criminal;

Nas alternativas abaixo, assinale a opção CORRETA:

- (A) Apenas a I está correta.
- (B) Apenas a IV está correta.
- (C) Apenas a I e a III estão corretas.
- (D) Apenas a II e a IV estão corretas.

#### QUESTÃO 03

“Noutras palavras, a lei penal brasileira veda terminantemente outra solução para um processo penal. É vedado ao juiz promover a concórdia, resgatar a dignidade, afagar traumas ou acalantar o marginalizado. O juiz do processo penal anda em trilhos que o escravizam, que o levam a lugar nenhum.” (linhas 41 a 46)

“O avanço destruidor do “*crack*” na sociedade e, principalmente, na célula familiar, pode ser citado, talvez, como o maior exemplo de quanto o juiz brasileiro é refém de um sistema processual penal que, definitivamente, não funciona bem.” (linhas 54 a 58).

“Enfim, esse é hoje o maior desafio que o Direito Penal deve enfrentar se quiser estar afinado com a questão da dignidade da pessoa humana. Transformar a sentença penal em instrumento efetivo e concreto de pacificação social, longe de paredões e cadafalsos.” (linhas 102 a 106)

A partir da leitura desses fragmentos, é possível depreender que:

- (A) O *crack* tem efeito devastador na família e, por isso, pode e deve ser tratado com o cárcere.
- (B) As infrações relacionadas ao *crack* têm recebido tratamento diferenciado por parte dos juristas por atingirem a base da sociedade, a família.
- (C) O usuário de *crack* comete inúmeras infrações, mas, por ter família, ela é que deve se responsabilizar pela regeneração do indivíduo, não os tribunais.
- (D) Os juízes deveriam olhar de modo ímpar para as infrações relacionadas ao uso do *crack*, tendo em vista que a prisão não resgatará a dignidade do infrator.

#### QUESTÃO 04

O texto lido é um artigo de opinião, um gênero por meio do qual se visa a expor um posicionamento diante de algum tema. Ciente disso, pense: que função cumpre o resgate do fragmento da obra literária, alocado no início do texto?

- (A) Descrever uma situação que vem marcando a prática hodierna nos tribunais brasileiros.
- (B) Argumentar em favor da carceragem como sendo hoje uma alternativa para as sentenças jurídicas.
- (C) Discutir a possibilidade de outras respostas para as sentenças proferidas em intervenções judiciais.
- (D) Argumentar sobre o quanto a sociedade é retrógrada em sua prática jurídica, quando outras alternativas judiciais já se concretizavam há muitos anos.

#### QUESTÃO 05

Releia o trecho: “A opção pela prisão do agente deverá ser a *ultima ratio*. A prova dos nove do que diz aqui é muito simples. O que são as prisões hoje no Brasil? Escolas do crime, às vezes com mestrado e doutorado.” (linhas 77 a 81). No texto, que função cumpre a pergunta? Selecione a alternativa que NÃO proponha uma justificativa possível para seu emprego:

- (A) Introduzir uma nova abordagem a ser tratada no texto.
- (B) Instigar o leitor à reflexão, resgatando-lhe o conhecimento de mundo.
- (C) Chamar a atenção do leitor, mostrando-lhe que o artigo está sendo direcionado a ele.

(D) Simular uma interação com o leitor, levando-o a compartilhar de mesma opinião.

#### QUESTÃO 06

Retome os trechos: “A sentença final, inflexível e indiferente ao sentimento das partes espera do juiz outra coisa, mais simples, menos heroica.” (linhas 58 a 60) e “Temos que abrir as portas dos fóruns a essa gente dedicada e qualificada, que muitas coisas nos têm a dizer e ensinar.” (linhas 85 a 87). A palavra “coisa” é amplamente empregada em quase todas as situações cotidianas do brasileiro nas quais lhe faltem palavras. Seu significado é, então, muito genérico. Assim, considerando-se os contextos em que aparece e a adequação à variante formal da língua portuguesa, a palavra “coisa” pode ser substituída, respectivamente, por:

- (A) ‘outra decisão’ e ‘muito’
- (B) ‘outra atitude’ e ‘muitas ideias’
- (C) ‘outro procedimento’ e ‘muitas’
- (D) ‘outro comportamento’ e ‘muitos ensinamentos’

#### QUESTÃO 07

O 3º e o 4º parágrafos do texto, ambos compreendidos entre as linhas 25 e 36, estão justapostos, isto é, são interdependentes, porém, não interligados por um elemento de coesão. Com vistas a ser mantida a mesma relação semântica entre as ideias por eles veiculadas, o quarto parágrafo pode ser introduzido por:

- (A) Assim
- (B) Contudo
- (C) Além disso
- (D) De outro modo

#### QUESTÃO 08

A preposição “para” tem a função sintática de introduzir complementos. Nos contextos em que é empregada, assume variadas significações: pode indicar movimento em direção a, comparação, contribuição, dentre outras. Assinale, então, a assertiva em que essa preposição assume o mesmo sentido que em “O personagem assume uma nova identidade para seguir uma vida honesta (...)” (linhas 26 a 28):

- (A) “(...) a lei penal brasileira veda terminantemente outra solução para um processo penal.” (linhas 41 e 42)
- (B) “(...) A evolução do sistema punitivo estatal deve evoluir (...) para contemplar meios e recursos (...)” (linha 48 a 50)
- (C) “O Direito Penal não pode (...) estabelecer qual a melhor resposta para o crime praticado.” (linhas 66 a 68)
- (D) “Assim como o inadequado uso de um antibiótico pode aniquilar seus efeitos para sempre (...)” (linhas 88 e 89)

#### QUESTÃO 09

Observe as sentenças a seguir, atentando-se para o emprego da conjunção “ou”:

I - “(...) ou o juiz condena ou absolve o agente.” (linha 40);  
 II - “É vedado ao juiz promover a concórdia, resgatar a dignidade, afagar traumas ou acalantar o marginalizado.” (linhas 43 e 44);

O emprego desse termo pode assumir dois valores diferentes: inclusão ou exclusão. Nas construções retiradas do texto, seu uso, indica:

- (A) Inclusão em I, significando “possivelmente ambos”.
- (B) Exclusão em I sendo que a primeira oração é compatível com a segunda.
- (C) Inclusão em II, em que os elementos se alternam, excluindo-se mutuamente.
- (D) Inclusão em II, significando alternância entre os segmentos e, possivelmente, a concomitância entre todos eles.

**QUESTÃO 10**

Para empregarmos os sinais de pontuação adequadamente em nossos textos escritos, obedecemos a critérios sintáticos. A vírgula, assim, exerce importante função distintiva. Observe as vírgulas utilizadas no fragmento abaixo, delimitando os elementos em destaque, e aponte a situação que lhes justifique o emprego:

“O avanço destruidor do “*crack*” na sociedade e, **principalmente**, na célula familiar, pode ser citado, **talvez**, como o maior exemplo de quanto o juiz brasileiro é refém de um sistema processual penal que, **definitivamente**, não funciona bem.”

- (A) Isolar elementos repetidos.
- (B) Realçar adjuntos adverbiais.
- (C) Indicar supressão de palavras.
- (D) Separar elementos coordenados, sem uso de conectivos.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA****QUESTÃO 11**

Analise as afirmativas abaixo, acerca do Sistema Operacional Windows 7, instalação padrão português brasil.

- I. Quando um usuário exclui um arquivo do computador, ele apenas é movido para a Lixeira onde fica temporariamente armazenado até a Lixeira ser esvaziada. Com isso, o usuário tem a oportunidade de recuperar arquivos excluídos acidentalmente e restaurá-los para os locais originais. Para restaurar um arquivo, clique nele e, na barra de ferramentas, clique em Restaurar este item;
- II. O usuário pode alternar para a janela anterior pressionando ALT+TAB, ou percorrer todas as janelas abertas e a área de trabalho mantendo pressionada a tecla ALT e pressionando repetidamente a tecla TAB. Solta ALT para mostrar a janela selecionada;
- III. O Painel de Controle permite criar, alterar e remover contas de usuário. O nome de usuário pode possuir até 255 caracteres;
- IV. No gerenciador de arquivos Windows Explorer é possível renomear o arquivo PRODUTOS.doc para PRODUTOS:\_INF.doc.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- (A) I e II
- (B) II, III e IV
- (C) I e III
- (D) I, II e IV

**QUESTÃO 12**

Analise as afirmações a seguir:

- I. A Intranet é uma rede que utiliza tecnologias da Internet, tais como navegadores, e-mails e protocolos de comunicação. O acesso é privativo às pessoas vinculadas à organização e a outras pessoas externas, tais como fornecedores, clientes e outros de interesse da organização;
- II. TCP/IP define um conjunto de regras, padrões e convenções para computadores se comunicarem na Internet;

- III. BrOffice é um conjunto de aplicações de escritório, disponível exclusivamente para o Sistema Operacional Linux. Oferece as funções de editor de textos, planilhas eletrônicas, editor de apresentações, editor de desenhos, editor de fórmulas matemáticas e banco de dados;
- IV. Google Docs é um pacote de aplicativos online e gratuito. Entre os seus recursos estão editor de textos, editor de planilhas eletrônicas, editor de apresentações e editor de formulários;
- V. O FTP é um protocolo usado para transferir arquivos pela Internet;

São CORRETAS as afirmações:

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) III, IV e V
- (D) II, IV e V

**QUESTÃO 13**

Analise as afirmativas abaixo, em relação ao Microsoft Word 2007, instalação padrão português brasil.

- I. O usuário pode inserir uma tabela da seguinte maneira: Clica no local que deseja inserir uma tabela. Na guia Exibição, no grupo Tabelas, clica em Tabela e, em Inserir tabela, arrasta para selecionar o número de linhas e colunas que deseja;
- II. A combinação de teclas CTRL + L abre uma janela para pesquisa;
- III. Alterar ou definir margens de páginas pode ser realizado da seguinte maneira: Na guia Layout da Página, no grupo Configurar Página, clica em Margens. Clica no tipo de margem que deseja. Para obter a largura de margem mais comum, clique em Normal;
- IV. A combinação de teclas ALT + F7 abre uma janela para Ortografia e Gramática.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III
- (B) II e III
- (C) I, III e IV
- (D) III e IV

**QUESTÃO 14**

A planilha do Excel 2007 descrita abaixo, ilustra a distribuição de medalhas acerca das olimpíadas de Londres 2012, do 1º, 2º, 3º e 22º colocados. Assinale a alternativa que representa corretamente as fórmulas para se obter a soma de medalhas de ouro obtidas pelos quatro países; o número médio de medalhas conquistadas pelo Brasil e o número de medalhas conquistadas pelo Estados Unidos, que ocorre com mais frequência (moda), respectivamente.

	A	B	C	D	E	F	G
1	Países	Ouro	Prata	Bronze	Total		
2	Estados Unidos	46	29	29	29		
3	China	38	27	23	88		
4	Grã-Bretanha	29	17	19	65		
5	Brasil	3	5	9	5		
6							
7							

- (A) =SOMA(B2:B5); =MEDIA(B5:D5); =MODA(B2:E2)  
 (B) =SOMA(B2:B5); =MED(B5:D5); =MODO(B2:E2)  
 (C) =SOMA(B2:B5); =MÉDIA(B5:D5); =MODO(B2:E2)  
 (D) =B2+B3+B4+B5; =B5+C5+D5/3; =MOD(B2;E2)

**QUESTÃO 15**

É uma técnica de fraude online usada por criminosos para persuadi-lo a divulgar suas informações pessoais. Várias táticas diferentes são usadas para isso, incluindo emails e sites que imitam marcas famosas e confiáveis.

- (A) Worm  
 (B) Phishing  
 (C) Spyware  
 (D) Cookies

**HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO TOCANTINS****QUESTÃO 16**

Na década de 1940, ainda no Estado Novo, houve a realização da marcha para o Oeste, com vários fluxos migratórios, o que intensificou a grilagem sobre as terras dos posseiros e índios expandindo nas décadas posteriores, dando origem aos conflitos pela posse da terra. Foi nesse aspecto que a ocupação do norte de Goiás se estruturou. É CORRETO afirmar que a primeira manifestação contra a grilagem de terras no norte de Goiás foi

- (A) a Guerrilha do Araguaia.  
 (B) a luta de Trombetas-Formoso.  
 (C) a Guerra de Canudos.  
 (D) o conflito de Campos Lindos.

**QUESTÃO 17**

O Jalapão é um patrimônio natural e cultural preservado e sua identidade manifesta-se, sobretudo, na utilização de seus recursos naturais. No Tocantins, o Jalapão se localiza:

- (A) No extremo oeste com linha de fronteira com o oeste Mato Grosso.  
 (B) No extremo leste com linha de fronteira com o noroeste da Bahia, o sul do Maranhão e Piauí.  
 (C) No sul do Tocantins com linha de fronteira com o norte de Goiás e sul de Mato Grosso.  
 (D) Na sua porção ocidental com linha de fronteira norte de Goiás e leste de Mato Grosso.

Para responder a questão 18, leia o texto abaixo:

Na segunda metade do século XX, a configuração do então longínquo e isolado norte de Goiás passou por verdadeiras transformações na ocupação do espaço com mudanças nos

perfis econômico e social de toda a região. (IPHAN. Vivências e sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins. Goiânia: IPHAN, 2008, p. 152-153, adaptado).

**QUESTÃO 18**

Assinale a alternativa CORRETA que indica o fator que ocasionou os impactos listados no texto acima.

- (A) A operação da Ferrovia Norte-Sul que integrou a norte goiano ao Sudeste do país com o escoamento da produção agroindustrial.  
 (B) A navegação sobre o Rio Tocantins responsável pela formação dos núcleos urbanos mais dinâmicos do norte goiano.  
 (C) A construção da rodovia Belém-Brasília iniciada em fins da década de 1950 e concluída em meados da década de 1970.  
 (D) A instalação da usina hidrelétrica de Estreito que gerou maior capacidade de desenvolvimento regional com geração de energia.

**QUESTÃO 19**

Sobre a fundação da Comissão de Estudos do Norte Goiano (CONORTE), é CORRETO afirmar que foi criada

- (A) na década de 1820, com a finalidade de produzir o discurso autonomista do norte goiano em apoio a Joaquim Theotônio Segurado.  
 (B) na década de 1950, com a proposta de subsidiar estatisticamente o movimento autonomista do norte goiano daquele período.  
 (C) na década de 1960, com o intuito de colaborar com a política de ocupação do interior do país, no governo de Juscelino Kubistchek.  
 (D) na década de 1980, com o objetivo de realizar estudos, pesquisas e debates sobre as potencialidades político-econômicas do norte goiano.

Para responder a questão 20, leia o texto abaixo:

O discurso autonomista do norte goiano sobreviveu, nas primeiras décadas da República, a uma situação compreensível, considerando-se que, do ponto de vista econômico, a cidade ocupava posição de destaque e influência sobre toda a região Norte, dado o vínculo comercial com Belém, através do rio Tocantins (CAVALCANTE, Maria do E. S. R. O discurso autonomista do Tocantins. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 62, adaptado).

**QUESTÃO 20**

A partir do texto acima, é CORRETO afirmar que a cidade mencionada trata-se de

- (A) Porto Nacional, considerada a sede do movimento autonomista do Norte de Goiás da década de 1950.  
 (B) Gurupi, escolhida como epicentro do movimento autonomista do norte de Goiás na década de 1960.  
 (C) Colinas, avaliada como ponto estratégico do movimento autonomista do norte de Goiás na década de 1970.  
 (D) Guaraí, localizada no centro da região Norte de Goiás, liderando o movimento autonomista da década de 1980.

**LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE E ORGANIZA A DEFENSORIA PÚBLICA****QUESTÃO 21**

Segundo a Lei Complementar nº 80/94, a Defensoria Pública NÃO abrange:



- (A) As Defensorias Públicas dos Municípios.
- (B) As Defensorias Públicas dos Estados.
- (C) A Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
- (D) A Defensoria Pública da União.

**QUESTÃO 22**

NÃO é princípio institucional da Defensoria Pública:

- (A) A unidade.
- (B) A pessoalidade.
- (C) A indivisibilidade.
- (D) A independência funcional.

**QUESTÃO 23**

Leia os itens e assinale a alternativa CORRETA.

Segundo a Lei Complementar nº 80/94 são direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos:

- I. A informação sobre a localização e horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública;
- II. A informação sobre a tramitação dos processos e os procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses;
- III. A qualidade e a eficiência do atendimento;
- IV. O patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural;
- V. A atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções;

- (A) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens III, IV e V estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 24**

Nos termos da Lei Estadual nº 2.252/09 é VEDADA a evolução funcional do servidor que:

- I. durante o período avaliado tiver alguma falta injustificada;
- II. durante o período avaliado tiver sofrido pena administrativa de suspensão;
- III. durante o período avaliado tiver sido destituído de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, por meio de processo administrativo disciplinar;
- IV. estiver cumprindo pena decorrente de processo disciplinar;
- V. estiver cumprindo pena decorrente de processo criminal;

- (A) Somente os itens I, II, III e IV estão corretos.
- (B) Somente os itens I, III, IV e V estão corretos.
- (C) Somente os itens II, III, IV e V estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 25**

Leia os itens e assinale a alternativa CORRETA.

Nos termos da Lei Complementar nº 132/09 compete à Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública:

- I. Receber e encaminhar ao Corregedor-Geral representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar;
- II. Propor aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública do Estado medidas e ações que

visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados;

- III. Elaborar e divulgar relatório semestral de suas atividades, que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos;
- IV. Promover atividades de intercâmbio com a sociedade civil;
- V. Estabelecer meios de comunicação direta entre a Defensoria Pública e a sociedade, para receber sugestões e reclamações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados;

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

**QUESTÃO 26**

Nos termos da Lei Estadual nº 1.818/07 NÃO é requisito básico para investidura em cargo público:

- (A) A nacionalidade brasileira ou estrangeira, nos termos em que dispuser a legislação federal.
- (B) O gozo dos direitos políticos.
- (C) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- (D) A idade mínima de 21 anos.

**QUESTÃO 27**

Leia os itens e assinale a alternativa CORRETA.

Nos termos da Lei Estadual nº 1.818/07 são formas de provimento de cargo público:

- I. A readaptação;
- II. A reversão;
- III. A reintegração;
- IV. A desintegração;
- V. A redistribuição;

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

**QUESTÃO 28**

Assinale a alternativa CORRETA nos termos da Lei Estadual nº 1.818/07.

Sem qualquer prejuízo, pode o servidor público civil do Estado do Tocantins ausentar-se do serviço:

- (A) Por três dias, para doação de sangue;
- (B) Por cinco dias, para se alistar como eleitor;
- (C) Por oito dias consecutivos, em razão de casamento.
- (D) Por quinze dias consecutivos, em caso de paternidade, seja por nascimento, seja por adoção.

**QUESTÃO 29**

Segundo o Código de Ética da Defensoria Pública, Resolução nº 58/2010, é CORRETO afirmar:

- (A) Os padrões éticos são exigidos dos membros da Defensoria Pública somente em relação às suas atividades públicas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses.
- (B) Os padrões éticos são exigidos dos membros da Defensoria Pública somente em relação às suas atividades privadas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses.
- (C) Os padrões éticos são exigidos dos membros da Defensoria Pública também na relação entre suas atividades públicas e privadas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses.

- (D) Não é exigido nenhum padrão ético dos membros da Defensoria Pública.

**QUESTÃO 30**

Segundo o Código de Ética da Defensoria Pública, Resolução nº 58/2010, é dever do defensor público recusar presentes, doações, benefícios ou cortêsias de pessoas físicas, empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas que possam comprometer sua independência funcional, ressalvadas aquelas sujeitas às normas de reciprocidade, oferecidas às autoridades estrangeiras.

São considerados presentes, devendo ser recusados pelo Defensor Público, os brindes que:

- (A) Não tenham valor comercial.  
 (B) Que tenham valor comercial.  
 (C) Distribuídos por entidades de qualquer natureza, a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual;  
 (D) Distribuídos por entidades de qualquer natureza, por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, que tenham valor módico;

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÃO 31**

Sobre a organização político-administrativa dos Municípios, marque a alternativa CORRETA:

- (A) Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um turno, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado.  
 (B) Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado.  
 (C) Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de vinte e cinco dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado.  
 (D) Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de vinte e cinco dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a outorgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado.

**QUESTÃO 32**

Nos termos da Constituição Federal de 1988, NÃO é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- (A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
 (B) Garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização.  
 (C) Reduzir as desigualdades sociais e regionais.  
 (D) Promover o desenvolvimento do comércio internacional e a disputa econômica entre os Estados.

**QUESTÃO 33**

De acordo com o art. 5º da Constituição Federal de 1988:

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo facultado o anonimato.

- (B) É assegurado o direito de resposta, desproporcional ao agravo, além da indenização por dano exclusivamente moral ou à imagem.  
 (C) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.  
 (D) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que haja prévia licença.

**QUESTÃO 34**

Sobre a organização político-administrativa do Distrito Federal na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O Distrito Federal poderá ser dividido em Municípios.  
 (B) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.  
 (C) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas exclusivamente aos Municípios.  
 (D) A lei estadual disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.

**QUESTÃO 35**

Nos termos da Constituição Federal de 1988 é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- (A) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.  
 (B) Legislar sobre trânsito e transporte.  
 (C) Assegurar a defesa nacional.  
 (D) Emitir moeda.

**QUESTÃO 36**

Nos termos da Constituição Federal de 1988 marque a alternativa CORRETA.

Sobre o Poder Legislativo Federal:

- (A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional e o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.  
 (B) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário e o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional.  
 (C) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei estadual, proporcionalmente à população.  
 (D) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas pela maioria qualificada dos votos, presente a maioria simples de seus membros.

**QUESTÃO 37**

Marque a alternativa CORRETA:

- (A) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil é formada pela unificação apenas dos Estados e dos Municípios.  
 (B) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.  
 (C) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil é formada pela unificação indissolúvel dos Estados, dos Municípios e da União Federal.

- (D) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; supremacia do interesse privado e a concessão de asilo político.

**QUESTÃO 38**

De acordo com a Constituição Federal de 1988 marque a alternativa CORRETA:

- (A) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outro tipo de cargo ou função.
- (B) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- (C) Aos juízes não é atribuída a garantia da inamovibilidade.
- (D) Aos juízes não é vedado receber custas ou participação em processo

**QUESTÃO 39**

Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) marque a alternativa CORRETA:

- I. Constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade exercida na Administração Pública;
- II. Reputa-se agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta ou indireta;
- III. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado;
- IV. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade fica sujeito às cominações legais impostas pela citada Lei, que podem ser aplicadas somente de forma isolada e independente da gravidade do fato;
- (A) Somente os itens I, III e IV estão corretos.
- (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 40**

De acordo com a Lei nº 8.666/1993 são cláusulas necessárias em todo contrato administrativo:

- I. As que estabeleçam o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- II. As que estabeleçam o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- III. As que estabeleçam o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IV. As que estabeleçam a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

- (A) Somente os itens I, III e IV estão corretos.
- (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**QUESTÃO 41**

Sobre os princípios da Administração Pública expressos na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e veracidade.
- (C) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, pessoalidade, moralidade, transparência e eficiência.
- (D) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, pessoalidade, moralidade, discricionariedade e eficiência.

**QUESTÃO 42**

Sobre o processo licitatório previsto na Lei nº 8.666/93, marque a alternativa CORRETA:

- (A) É inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) É causa de inexigibilidade de licitação quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional.
- (C) Poderá haver dispensa de licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições pré-estabelecidas.
- (D) É dispensável a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**QUESTÃO 43**

Sobre a Administração Pública, marque a alternativa CORRETA:

- (A) A Administração Pública direta corresponde às sociedades de economia mista e às empresas públicas.
- (B) A Administração Pública direta corresponde às autarquias e às sociedades de economia mista.
- (C) A Administração Pública indireta é composta por entidades personalizadas como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (D) A Administração Pública direta, também chamada de descentralizada, é composta por entes despersonalizados.

**QUESTÃO 44**

São requisitos para a validade do ato administrativo:

- (A) Competência, objeto, forma, motivo e finalidade.
- (B) Motivo, objeto, forma, finalidade e discricionariedade.



- (C) Motivo, forma, objeto, finalidade e precariedade.  
 (D) Competência, objeto, forma, finalidade e imperatividade.

**QUESTÃO 45**

Sobre a organização administrativa da Administração Pública prevista na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- I. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por período de até três anos;
  - II. A Constituição Federal de 1988 disciplina que a lei infraconstitucional estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
  - III. A Constituição Federal de 1988 não veda a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, independentemente de compatibilidade de horários;
  - IV. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;
- (A) Somente os itens I e II estão corretos.  
 (B) Somente os itens III e IV estão corretos.  
 (C) Somente itens I e III estão corretos.  
 (D) Somente os itens II e IV estão corretos.

As questões de redação oficial foram referenciadas no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, 2ª. versão, revista e atualizada, Brasília, 2002.

**QUESTÃO 46**

Pode-se afirmar que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações. Sobre o tema, leia as assertivas e marque a resposta CORRETA:

- I. A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Esses atributos decorrem da Constituição, dos princípios que regem a administração pública;
  - II. As comunicações oficiais devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem;
  - III. As comunicações oficiais são necessariamente uniformes, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e o receptor dessas comunicações ou é o próprio Serviço Público (no caso de expedientes dirigidos por um órgão a outro) – ou o conjunto dos cidadãos ou instituições tratados de forma homogênea (o público);
  - IV. A redação oficial é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua;
  - V. Sua finalidade básica – comunicar com impessoalidade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquela da literatura, do texto jornalístico e da correspondência particular;
- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.  
 (B) Somente uma das assertivas é falsa.  
 (C) Somente as assertivas I, II e IV são verdadeiras.  
 (D) Todas as assertivas são falsas.

**QUESTÃO 47**

Acerca de formalidade e da padronização na redação oficial é correto afirmar, EXCETO:

- (A) As comunicações oficiais devem ser sempre formais, isto é, obedecer a certas regras de *forma*: além das exigências de impessoalidade e uso do padrão culto de linguagem, é indispensável, ainda, certa formalidade de tratamento.
- (B) A formalidade diz respeito à polidez, à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação tanto quanto ao correto emprego deste ou daquele pronome de tratamento para uma autoridade de certo nível.
- (C) A formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária uniformidade das comunicações.
- (D) O estabelecimento de padrão exige que se atente para todas as características da redação oficial embora não se vincule à apresentação dos textos.

**QUESTÃO 48**

A redação das comunicações oficiais possui características específicas de cada tipo de expediente, entretanto, há outros aspectos comuns a quase todas as modalidades de comunicação oficial: o emprego dos pronomes de tratamento, a forma dos fechos e a identificação do signatário.

Sobre o tema, analise as assertivas e marque a CORRETA:

- I. Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento *digníssimo* (DD), às autoridades Ministros de Estado, Deputados Federais e Senadores, Membros de Tribunais, entre outros;
  - II. *Doutor* não é forma de tratamento, e sim título acadêmico. Evita-se usá-lo indiscriminadamente. Como regra geral, emprega-se apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham tal grau por terem concluído curso universitário de doutorado. É costume designar por *doutor* os bacharéis, especialmente os bacharéis em Direito e em Medicina. Nos demais casos, o tratamento Senhor confere a desejada formalidade às comunicações;
  - III. O Manual da Presidência da República estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: a) para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República: Respeitosamente; b) para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior: Atenciosamente. Ficam excluídas dessa fórmula as comunicações dirigidas a autoridades estrangeiras, que atendem a rito e tradição próprios, devidamente disciplinados no *Manual de Redação* do Ministério das Relações Exteriores;
  - IV. Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura;
- (A) Todas as assertivas estão corretas.  
 (B) Todas as assertivas estão incorretas.  
 (C) Somente as assertivas I e II são incorretas.  
 (D) Somente as assertivas III e IV são incorretas.

**QUESTÃO 49**

Acerca da redação oficial dos diferentes expedientes das comunicações oficiais é correto afirmar, EXCETO:

- (A) Há três tipos de expedientes que se diferenciam antes pela finalidade do que pela forma: o *ofício*, o *aviso* e o *memorando*. Com a finalidade de uniformizá-los, pode-se adotar uma diagramação única, que siga o que é chamado de *padrão ofício*.

- (B) *Aviso e ofício* são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, e o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- (C) O *memorando* é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna.
- (D) Mensagem é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para: a) informá-lo de determinado assunto; b) propor alguma medida; ou c) submeter a sua consideração projeto de ato normativo. Em regra, a mensagem é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado. Nos casos em que o assunto tratado envolva mais de um Ministério, a mensagem deverá ser assinada por todos os Ministros envolvidos, sendo, por essa razão, chamada de *interministerial*.

**QUESTÃO 50**

A qualidade no atendimento ao público no serviço público possui algumas especificidades se comparada ao empresarial, especialmente porque a finalidade é servir ao cidadão. Neste sentido pode-se afirmar que são pré-requisitos para o bom atendimento, EXCETO:

- (A) Relativamente ao tratamento da informação: deve-se verificar *o que, por que, para que/quem e para quando* pedem a informação; se o assunto é da competência da área de atuação; se a informação pode ser respondida na hora; em quanto tempo pode-se obter a informação e certificar-se que as informações são corretas, seguras e não provocarão dupla interpretação.
- (B) Cumprimentar sempre todos os que chegam e os que saem do setor; além de ter atenção para não tratar ninguém de modo personalizado.
- (C) Ser amigável sem entrar em intimidades, demonstrar interesse não só pela pessoa, mas ao assunto que está sendo tratado.
- (D) Estar atento à emoção que transmitir pela voz e das palavras que escolher, pois as mesmas podem modificar a mensagem que se deseja transmitir. Saber falar corretamente o idioma é fundamental, mas saber como falar é mais importante.

**QUESTÃO 51**

Leia as assertivas e marque a resposta CORRETA. O bom atendimento deve envolver uma interação multivariável eficiente entre os seguintes elementos:

- I. *Aparência das instalações*, do pessoal, dos equipamentos e dos recursos de comunicação;
  - II. *Disposição* para servir, ou “prestatividade” aos clientes/cidadãos;
  - III. *Segurança*, evidenciada pelo conhecimento e domínio completos do serviço por parte dos servidores/colaboradores e habilidade em proporcionar um clima de confiança nos clientes/cidadãos;
  - IV. *Personalização*, ou customização que ocorre quando o órgão prestador dos serviços proporcionar um atendimento tal que identifica os clientes/cidadãos como pessoas;
- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.  
 (B) Todas as assertivas são falsas.  
 (C) Somente as assertivas I, II e III são verdadeiras.  
 (D) Somente as assertivas II, III e IV são verdadeiras.

**QUESTÃO 52**

Relativamente à técnica de atendimento ao público ao telefone é correto afirmar, EXCETO:

- (A) Atenda no máximo ao terceiro toque.  
 (B) Não diga alô, mas sim o nome do setor, seu nome acompanhado de um cumprimento: bom dia, boa tarde.  
 (C) Se for necessário algum tempo para transferir a ligação ou obter uma informação para responder ao cliente/cidadão use expressões “espere um minutinho” ou “um instantinho”  
 (D) Fale ao telefone como se a pessoa estivesse à sua frente.

**QUESTÃO 53**

Sobre os requisitos básicos para o bom funcionamento de uma equipe de trabalho, marque V para as assertivas Verdadeiras e F para as assertivas Falsas e marque a resposta CORRETA:

- I. Consciência dos objetivos, ou seja, é preciso dar a conhecer a todos os prazos e os recursos disponíveis para a atividade, bem como as normas e os valores que devem norteá-las;
- II. Comunicação aberta, pois todos devem ter acesso às informações e liberdade para expressar suas ideias e sentimentos;
- III. Propensão para aprender e compartilhar uma vez que deve haver uma ideia clara do propósito da atividade a ser desenvolvida;
- IV. Aceitar as diferenças individuais porque é fundamental saber conviver com os traços, valores e competências de cada pessoa;

- (A) V, F, V, F  
 (B) F, V, F, F  
 (C) F, V, F, V  
 (D) V, F, V, V

**QUESTÃO 54**

Com relação às diferentes possibilidades e formas de trabalho em equipe é possível afirmar, EXCETO:

- (A) Equipes por fluxo de trabalho ou células favorecem os processos de melhoria da qualidade, aumento da produtividade permitindo estabelecer sua efetiva contribuição para os resultados.
- (B) As equipes funcionais compõem-se de pessoas que executam tarefas similares, numa mesma unidade organizacional.
- (C) As equipes autogeridas são forças-tarefas criadas para levar a cabo uma atribuição, sem características de continuidade, podendo envolver pessoas de diferentes áreas que dedicam parte de seu tempo produtivo a esse fim.
- (D) As equipes em rede ou virtuais são comuns em organizações com sede em diferentes lugares e que utilizam recursos de tecnologia da informação para que seus membros mantenham-se em contato entre si.

**QUESTÃO 55**

São consideradas características essenciais para tornar o trabalho em equipe mais eficaz, EXCETO:

- (A) A constante interação existente numa equipe leva seus membros a se colocarem como observadores

permanentes, alternando-se nos papéis de falante e ouvinte.

- (B) A convivência numa equipe contribui para a socialização e aumenta a satisfação, a autoconfiança e a felicidade de cada um.
- (C) As mudanças frequentes no ambiente em que se insere a organização, divisão de trabalho e a formalização dos processos.
- (D) O volume de informações recebido por um integrante da equipe deve estar ajustado à sua capacidade de articulação com os demais, pois a comunicação na equipe é uma via de mão dupla que nunca se fecha.

#### QUESTÃO 56

Na Lei n. 5869/1973 acerca dos Órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça, ao tratar do Depositário, do Administrador e do Intérprete afirma, EXCETO:

- (A) A guarda e conservação de bens penhorados, arrestados, sequestrados ou arrecadados serão confiadas a depositário ou a administrador, não dispondo a lei de outro modo.
- (B) O depositário ou administrador perceberá, por seu trabalho, remuneração que o juiz fixará, atendendo à situação dos bens, ao tempo do serviço e às dificuldades de sua execução.
- (C) O juiz nomeará intérprete toda vez que o repute necessário para: analisar documento de entendimento duvidoso, redigido em língua estrangeira; verter em português as declarações das partes e das testemunhas que não conhecerem o idioma nacional; traduzir a linguagem mímica dos surdos-mudos, que não puderem transmitir a sua vontade por escrito.
- (D) Pode ser intérprete quem: tiver a livre administração dos seus bens; for arrolado como testemunha ou serve como perito no processo; entre outros.

#### QUESTÃO 57

Marque a resposta CORRETA a partir da leitura das assertivas abaixo que tratam Da jurisdição e Da ação nos parâmetros propostos pelo direito processual civil.

- I. Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais;
  - II. O interesse do autor pode limitar-se à declaração: da existência ou da inexistência de relação jurídica; da autenticidade ou falsidade de documento;
  - III. É admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito;
  - IV. Se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença;
  - V. Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei;
- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.
  - (B) Todas as assertivas são falsas.
  - (C) Quatro das cinco assertivas são verdadeiras.
  - (D) Três das cinco assertivas são verdadeiras.

#### QUESTÃO 58

Acerca das partes e dos procuradores no que tange à capacidade processual civil, leia as assertivas e marque a resposta CORRETA.

- I. Os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil;
  - II. O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais mobiliários;
  - III. Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticados;
  - IV. Serão representados em juízo, ativa e passivamente: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores; o Município, por seu Prefeito ou procurador; a massa falida, pelo síndico; a herança jacente ou vacante, por seu inventariante; o espólio, pelo curador; as pessoas jurídicas, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores;
- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.
  - (B) As assertivas I, II e III são verdadeiras.
  - (C) Somente as assertivas II e III são falsas.
  - (D) Somente as assertivas II e IV são falsas.

#### QUESTÃO 59

Leia as assertivas e marque a resposta CORRETA com base no que versa o Capítulo II do Código de Processo Civil Dos deveres das partes e dos procuradores:

- I. São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo: expor os fatos em juízo conforme a verdade; proceder com lealdade e boa-fé, entre outros;
  - II. São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo: não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento; não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito, entre outros;
  - III. É permitido às partes e seus advogados empregarem expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, entretanto, cabe ao juiz, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las;
  - IV. Quando as expressões injuriosas forem proferidas em defesa oral, o juiz advertirá o advogado que não as use, sob pena de lhe ser aplicada multa;
- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.
  - (B) São verdadeiras as assertivas I, II e III.
  - (C) São verdadeiras as assertivas II, III e IV.
  - (D) São falsas as assertivas III e IV.

#### QUESTÃO 60

No direito processual civil é INCORRETO afirmar relativamente ao Ministério Público:

- (A) Compete ao Ministério Público intervir nas causas em que há interesses de incapazes; nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade; nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.
- (B) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público: terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo; poderá juntar documentos e certidões, produzir prova em audiência e requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.
- (C) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de anulação do processo.

- (D) O órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.

**QUESTÃO 61**

Acerca dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça com base no que prescreve a Lei nº. 5869/73 leia as assertivas e marque a resposta CORRETA

- I. As causas cíveis serão processadas e decididas, ou simplesmente decididas, pelos órgãos jurisdicionais, nos limites de sua competência, ressalvadas às partes a faculdade de instituírem juízo arbitral;
- II. Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia;
- III. São auxiliares do juízo, além de outros, cujas atribuições são determinadas pelas normas de organização judiciária, o escrivão, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador e o intérprete;
- IV. O escrivão e o oficial de justiça são civilmente responsáveis quando, sem justo motivo, se recusarem a cumprir, dentro do prazo, os atos que lhes impõe a lei, ou os que o juiz, a que estão subordinados, lhes comete; quando praticarem ato nulo com dolo ou culpa;

- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.  
 (B) Somente as assertivas I e III são verdadeiras.  
 (C) As assertivas I, II e IV são falsas.  
 (D) Somente a assertiva I é verdadeira.

**QUESTÃO 62**

Relativamente aos atos processuais conforme consta no Título V, Capítulo I, Da Forma dos Atos Processuais, Seção I Dos Atos em Geral da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, leia as assertivas abaixo e marque a resposta CORRETA:

- I. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial;
- II. Alguns atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei;
- III. O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é livre às partes a seus procuradores e a terceiro, que demonstrar interesse jurídico; todos entretanto, devem requerer ao juiz;
- IV. Poderá ser junto aos autos documento redigido em língua estrangeira, desde que acompanhado de versão traduzida em vernáculo;

- (A) Todas as assertivas são verdadeiras.  
 (B) Somente as assertivas I e III são verdadeiras.  
 (C) As assertivas I, II e IV são falsas.  
 (D) Somente a assertiva I é verdadeira.

**QUESTÃO 63**

Do tempo dos atos processuais previstos pelo Código de Processo Civil é correto afirmar, EXCETO:

- (A) Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.

- (B) Serão, todavia, concluídos depois das 20 (vinte) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.  
 (C) Quando o ato tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição, esta deverá ser apresentada no protocolo, dentro do horário de expediente, nos termos da lei de organização judiciária local.  
 (D) São feriados, para efeito forense, os domingos e os dias declarados por lei.

**QUESTÃO 64**

Dos prazos processuais com suporte na Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, é CORRETO afirmar:

- (A) É permitido às partes, desde que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 60 (sessenta) dias.  
 (B) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.  
 (C) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que: I - for determinado o fechamento do fórum; II - o expediente forense for encerrado antes da hora normal.  
 (D) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 8 (oito) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

**QUESTÃO 65**

Acerca das comunicações dos atos processuais é INCORRETO afirmar:

- (A) Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial ou requisitados por carta, conforme hajam de realizar-se dentro ou fora dos limites territoriais da comarca.  
 (B) Expedir-se-á carta de ordem se o juiz for subordinado ao tribunal de que ela emanar; carta rogatória, quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira; e carta precatória nos demais casos.  
 (C) Cumprida a carta, será devolvida ao juízo de origem, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de traslado, pagas as custas pela parte.  
 (D) A concessão de exequibilidade às cartas rogatórias das justiças estrangeiras obedecerá ao disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

**QUESTÃO 66**

São consideradas espécies de ação penal, EXCETO:

- (A) Pública Incondicionada  
 (B) Pública condicionada à representação do ofendido ou à requisição do Ministro da Justiça.  
 (C) Privada impessoal  
 (D) Privada personalíssima

**QUESTÃO 67**

Sobre a ação penal, com fulcro no Título III do Decreto-Lei nº 3689/1941, é correto afirmar, EXCETO:

- (A) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.  
 (B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.  
 (C) Em alguns casos, o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.  
 (D) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.

**QUESTÃO 68**

Da prisão conforme estabelecido no Título IX do Capítulo VI do Decreto-Lei n. 3689/1941, e atualizações posteriores, é correto afirmar, EXCETO:

- (A) As pessoas presas provisoriamente, sempre que possível, ficarão separadas das que já estiverem definitivamente condenadas, nos termos da lei de execução penal.
- (B) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.
- (C) Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso.
- (D) A autoridade que ordenar a prisão fará expedir o respectivo mandado.

**QUESTÃO 69**

Com base no Art. 293 do Decreto-Lei nº. 3689/1941, é CORRETO afirmar: "Se o executor do mandado verificar com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa,..."

- (A) O morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão.
- (B) O morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará pelo menos uma testemunha e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão.
- (C) O morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará testemunhas e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, esperará o amanhecer, arrombará as portas e efetuará a prisão.
- (D) O morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, reiniciará as negociações.

**QUESTÃO 70**

Serão recolhidos, entre outros, a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva:

- (A) os delegados de polícia e os guardas-civis dos Estados e Territórios ativos e inativos.
- (B) os cidadãos inscritos no "Livro de Valor".
- (C) os cidadãos que já tiverem exercido efetivamente a função de jurado, mesmo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício daquela função.
- (D) os ministros de confissão religiosa.

**QUESTÃO 71**

Do *habeas corpus* com base no Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, é correto afirmar, EXCETO:

- (A) Competirá conhecer, originariamente, do pedido de *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal, nos casos previstos no Art. 101, I, g, da Constituição e aos Tribunais de Apelação, sempre que os atos de violência ou coação forem atribuídos aos governadores ou interventores dos Estados ou Territórios e ao prefeito do Distrito Federal, ou a seus secretários, ou aos chefes de Polícia.
- (B) Recebidas as informações, ou dispensadas, o *habeas corpus* será julgado sempre na primeira sessão.
- (C) Ordenada a soltura do paciente em virtude de *habeas corpus*, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação.
- (D) No caso da letra C desta questão, será remetida ao Ministério Público cópia das peças necessárias para ser promovida a responsabilidade da autoridade.

**QUESTÃO 72**

Sobre o *habeas corpus* e seu processo leia as assertivas abaixo e marque a resposta CORRETA

- I. O *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, com a ciência do Ministério Público;
  - II. A petição de *habeas corpus* conterá: a) o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer violência ou coação e o de quem exercer a violência, coação ou ameaça; b) a declaração da espécie de constrangimento ou, em caso de simples ameaça de coação, as razões em que funda o seu temor; c) a assinatura do impetrante, ou de alguém a seu rogo, quando não souber ou não puder escrever, e a designação das respectivas residências;
  - III. Os juízes e os tribunais não têm competência para expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal;
  - IV. Em caso de competência originária do Tribunal de Exceção, a petição de *habeas corpus* será apresentada ao secretário, que a enviará imediatamente ao presidente do tribunal, ou da câmara criminal, ou da turma, que estiver reunida, ou primeiro tiver de reunir-se;
- (A) Todas as assertivas são verdadeiras
  - (B) Todas as assertivas são falsas
  - (C) Somente duas assertivas são verdadeiras
  - (D) Somente uma assertiva é verdadeira

**QUESTÃO 73**

Ainda com relação ao *habeas corpus* e seu processo é correto afirmar, EXCETO:

- (A) Em caso de competência originária do Tribunal de Apelação, a petição de *habeas corpus* será apresentada ao secretário, que a enviará imediatamente ao presidente do tribunal, ou da câmara criminal, ou da turma, que estiver reunida, ou primeiro tiver de reunir-se.
- (B) A decisão será tomada por maioria de votos. Havendo empate, se o presidente não tiver tomado parte na votação, proferirá voto de desempate; no caso contrário, prevalecerá a decisão mais favorável ao Estado.
- (C) O secretário do tribunal lavrará a ordem que, assinada pelo presidente do tribunal, câmara ou turma, será dirigida, por ofício ou telegrama, ao detentor, ao carcereiro ou autoridade que exercer ou ameaçar exercer o constrangimento.
- (D) Os regimentos dos Tribunais de Apelação estabelecerão as normas complementares para o processo e julgamento do pedido de *habeas corpus* de sua competência originária.

**QUESTÃO 74**

Com base na Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências é correto afirmar, EXCETO:

- (A) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- (B) Equiparam-se às autoridades, para os efeitos da lei supramencionada, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, no que disser respeito a toda e qualquer atribuição.
- (C) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (D) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

**QUESTÃO 75**

Sobre o exercício do direito do Mandado de Segurança em caso de urgência previsto na Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, é correto afirmar, EXCETO:

- (A) É permitido, observados os requisitos legais, impetrá-lo por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- (B) Poderá o juiz, notificar a autoridade por telegrama, radiograma ou outro meio que assegure a autenticidade do documento e a imediata ciência pela autoridade.
- (C) O texto original da petição deverá ser apresentado nos 5 (cinco) dias úteis seguintes.
- (D) Em se tratando de documento eletrônico, serão observadas as regras da Infraestrutura de Cadeados Públicos do Governo - ICG-Brasil.

**QUESTÃO 76**

Não se concederá mandado de segurança quando se tratar, EXCETO:

- (A) De ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (B) De decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- (C) De decisão judicial transitada em julgado.
- (D) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas.

**QUESTÃO 77**

Análise as questões abaixo relativamente ao tema Mercosul

- I. O processo de Integração regional no âmbito do Mercosul se deu com a assinatura do Tratado de Assunção pelos Governos da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile;
- II. A presidência *Pro Tempore*, conforme versa o Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto se exerce por ordem alfabética de rotação por períodos de um ano, sendo atualmente (julho 2012) exercida por Dilma Rousseff;
- III. A formalização da entrada da Venezuela como membro pleno, está prevista para a reunião de 31 de

junho 2012, decisão tomada na reunião anterior do Mercosul realizada em Misiones, Argentina;

- IV. Na reunião de junho 2012, os sócios decidiram suspender o Uruguai das prerrogativas de voz e voto no bloco após o impeachment de Fernando Lugo;
- V. Até a reunião de junho, o Uruguai era o único país do grupo que não havia ratificado a adesão da Venezuela ao Mercosul;

Marque:

- (A) se todas as assertivas estiverem corretas.
- (B) se as assertivas II, III, IV e V estiverem corretas.
- (C) se as assertivas IV e V estiverem incorretas.
- (D) se todas as assertivas estiverem incorretas.

**QUESTÃO 78**

Recentemente o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável. Com base em reportagem intitulada "Jogos diplomáticos: como nasceu o texto da Rio+20" de Luís Bulcão e Marco Túlio Pires da Revista Veja, analise as alternativas que seguem e marque a INCORRETA:

- (A) Após quatro encontros preparatórios — três em Nova York e um já no Rio —, que tiveram início no dia 19 de março, os grupos e subgrupos se engalfinharam na composição de um texto que passou de 19 páginas, quando foi publicado o rascunho pela primeira vez, passou para mais de 200 páginas, diante das sugestões dos países.
- (B) O G-88 queria financiamento e transferência tecnológica. A Europa queria que o mundo adotasse a economia verde. A ONU desejava promover os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Os Estados Unidos esperavam aprovar o direito de reprodução. Os africanos lutavam para que o PNUMA fosse elevado à condição de agência especializada — algo semelhante à OMS, na saúde.
- (C) Figueiredo Machado consolidou-se como hábil negociador assumindo a liderança nas negociações de fechamento do texto. Em 2011, assumiu a subsecretaria do Itamaraty para Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia. Seu grande feito ocorreu há pouco tempo, mas já circula nos bastidores da ONU como lenda diplomática. Quando a Conferência das Partes para a Convenção sobre Mudança Climática de Durban (2011) estava em ponto crítico, diante de um impasse aparentemente sem solução, cunhou a expressão "resultado acordado com força de lei", que pareceu conciliar duas posições contraditórias.
- (D) Os 283 parágrafos do "Futuro que Queremos", o texto que os chefes de estado acabaram ratificando na Rio+20 sem ousar reabrir negociações, certamente está aquém da expectativas de todos .

**QUESTÃO 79**

Acerca da violência no Brasil e no estado do Tocantins é correto afirmar, EXCETO:

- (A) Em uma fase de estagnação nacional nas taxas de homicídio no Brasil, o Tocantins apresenta um crescimento relativamente elevado na ordem de 45,3% na década ou 3,8% ao ano.
- (B) A evolução das taxas do estado é determinada pelos movimentos do interior. Taxas do interior e capital praticamente se sobrepõem. Isto se deve: Ao baixo peso demográfico da capital Palmas: 16,5% da população total do estado em 2010 e a inexistência de região metropolitana.
- (C) Há uma grande heterogeneidade entre os estados do país relativamente aos índices de homicídios femininos. O Piauí com sua taxa de 9,4 homicídios em cada 100 mil mulheres, mais que duplica a média



nacional e quase quadruplica a taxa do Espírito Santo, estado que apresenta o menor índice do país. No Tocantins o índice é de 5,1.

- (D) O progressivo agravamento da violência no tráfego das vias públicas levou as Nações Unidas a proclamarem a Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011/2020. Palmas, capital do Tocantins ocupa o 199º lugar no ranking das cidades brasileiras em óbitos no trânsito.

#### QUESTÃO 80

A fome é um problema que atinge cerca de 925 milhões de pessoas e muitos países estão longe de diminuí-la. Visando auxiliar na erradicação da fome, a Organização das Nações Unidas através de sua agência, vai aumentar o apoio da instituição aos países pobres com déficit alimentar. O projeto tem o objetivo de reduzir pela metade o porcentual de vítimas da fome, além de produzir e consumir os alimentos de forma sustentável. Segundo o novo diretor-geral da agência, José Graziano da Silva, a erradicação da fome não deve se desligar dos outros desafios mundiais, como a recuperação das economias nacionais, a proteção aos recursos naturais e a adaptação às mudanças climáticas.

Disponível em:

<<http://invernia.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/...>>.

Consulta 21 de julho 2012.

A Agência da ONU referida no texto acima é:

- (A) CEPAL
- (B) FAO
- (C) PNUMA
- (D) FIDA